



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6122 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

A pesquisa sobre Conselhos Municipais de Educação no Brasil: levantamento de teses e dissertações (1987-2019)

Marcia Patricia Kuligovski - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Silvana Stremel - UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

A PESQUISA SOBRE CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES (1987-2019)

Este estudo integra uma pesquisa mais ampla que analisa a atuação do Conselho Municipal de Educação de Araucária na efetivação do direito à educação. O objetivo do presente trabalho é apresentar como a pesquisa sobre os Conselhos Municipais em Educação vem se desenvolvendo no Brasil, a partir do levantamento de teses e dissertações.

A origem dos Conselhos tem fundamento na conquista de um processo democrático a partir do momento em que a sociedade pode ter um protagonismo, participando da gestão do próprio Estado. Na visão de Soares (2013, p. 96) “os conselhos representam a institucionalização concreta de uma proposta descentralizada que prevê compartilhamento de poder entre Estado e sociedade civil”, de forma organizada.

Segundo Brasil (2006, p. 14), os conselhos em geral se fortaleceram no início do século XX, “sendo o resultado do processo de democratização do país iniciado na década de 80”, mas a criação de Conselhos Municipais de Educação antecedeu a organização dos Sistemas Municipais do Ensino, ainda que de forma isolada.

Quanto aos conselhos municipais de educação (CME), constam pela primeira vez na legislação educacional brasileira a partir da Reforma do Ensino de 1971, na Lei nº 5.692/71, com funções delegadas pelos conselhos estaduais. Entretanto, independentemente da lei federal, já na década de 1950, nos Estados do sul do país, leis municipais instituíram conselhos de educação, como o de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul, criado em 5 de maio de 1958.

A Constituição Federal de 1988 assegura, no art. 205, a gestão democrática do ensino público e traz no art. 214 a exigência de um Plano Nacional de Educação, para que o país se articule no sentido de cumprir metas e estratégias em um prazo determinado de 10 anos. A Meta 19 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014), refere-se à efetivação da gestão democrática da educação e dentre as estratégias para alcance está o estímulo à constituição e ao fortalecimento de Conselhos Escolares e Conselhos Municipais de Educação, considerados “instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional”.

Cury (2004, p. 44) define o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação como “órgãos colegiados, de caráter normativo, deliberativo e

consultivo que interpretam e resolvem, segundo suas competências e atribuições, a aplicação da legislação educacional”.

Os Conselhos Municipais de Educação atuam como mecanismos de controle social e de fiscalização possibilitando a participação da sociedade nos rumos da educação e quando integrados a um Sistema Municipal de Ensino com caráter deliberativo, são instrumentos importantes, sobretudo na regulamentação do Sistema com normas próprias e na proposição de políticas educacionais. Por outro lado, os municípios que possuem Conselho Municipal de Educação sem um Sistema Municipal de Educação constituído precisam atender as normas do Sistema Estadual de Ensino.

Para Bordignon (2009, p. 73) os municípios são diferentes entre si, portanto não é possível estabelecer um modelo único de Conselho Municipal de Educação. Conforme o autor, “cada município, de acordo com a singularidade de sua realidade, especialmente do seu sistema de ensino encontrará a organização mais adequada para o desempenho de suas funções”.

Assim, buscando conhecer um pouco mais sobre os Conselhos Municipais de Educação do país, por meio da produção acadêmica existente, foi realizada a busca de teses e dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que disponibiliza virtualmente a produção existente da pós-graduação *stricto sensu* brasileira.

O levantamento bibliográfico abrangeu os anos de 1987 a 2019. No período de 23 de maio a 12 de junho de 2020 foi acessado o Portal da CAPES e como estratégia de busca o termo Conselho Municipal de Educação foi digitado entre aspas. Após a busca inicial foram encontrados 198 registros. Não foram identificadas produções acadêmicas no Brasil sobre Conselhos Municipais de Educação entre os anos de 1987 a 1998 e no ano 2000.

Obtida a listagem preliminar, os registros foram analisados e filtrados manualmente observando a predominância do assunto “Conselho Municipal de Educação” no título. Nesse momento foi constatado que nem todos os resultados recuperados referiam-se diretamente aos Conselhos Municipais de Educação, referindo-se a outros assuntos ou aos Sistemas Municipais de Ensino, dos quais os Conselhos Municipais de Educação são integrantes, porém, não sendo o principal objeto de pesquisa, o termo não foi mencionado no título.

Por essas razões alguns títulos foram desconsiderados, reduzindo o número total de itens recuperados para 83 registros, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 1 – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

ANO	REGISTROS ENCONTRADOS	REGISTROS SELECIONADOS
1999	01	01
2000	00	-
2001	03	02
2002	04	00
2003	03	01
2004	03	00
2005	05	03
2006	05	03
2007	04	01
2008	07	03
2009	09	06
2010	11	04
2011	11	06
2012	08	04

2013	09	04
2014	16	04
2015	21	07
2016	25	09
2017	19	08
2018	20	12
2019	14	05
	198	83

FONTE: Portal da CAPES (2020)

Os 83 resultados compreenderam 07 teses, 63 dissertações de curso de mestrado e 13 dissertações de cursos de mestrado profissional. Desses trabalhos, 71% são de Programas de Pós-Graduação em Educação e 29% de outras áreas como a de Direito, Ciências Sociais, Administração, Política Social, Desenvolvimento Regional e Gestão da Cidade, Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente e Gestão de Políticas Públicas.

Nos registros obtidos foi possível identificar os dados gerais dos trabalhos como identificação dos autores, título, instituição responsável, local de origem das teses e dissertações e seu endereço de localização no Portal da CAPES. Cabe destacar que a partir de 2013 é possível acessar os arquivos diretamente da Plataforma Sucupira, ferramenta de controle gerencial sobre todo o Sistema Nacional da Pós-Graduação que facilitou a coleta, o envio e o acesso das informações com precisão e segurança. (CAPES, 2020).

Com relação aos trabalhos anteriores à Plataforma Sucupira, é possível ter dados gerais dessas pesquisas, mas quem necessitar de acesso ao documento *pdf* ou aos detalhes, tais como: o resumo do relatório de pesquisa e as palavras-chave, dentre outros, precisará buscá-los diretamente no *site* das bibliotecas da instituição a qual foram hospedados, denominadas bibliotecas depositárias.

Em seguida, os registros receberam um tratamento por categorias para identificar as características gerais de cada pesquisa, dentre elas a área de abrangência, propósito e similaridades entre os demais trabalhos apresentados. Para o tratamento da informação foram observados o título e os locais de cada pesquisa. A região Sudeste apareceu com maior prevalência no número de registros (36), seguida das Regiões Nordeste (16) e Sul (15), depois Região Centro-Oeste (12) e a Região Norte (4).

Souza e Vasconcelos (2006, p. 45) já haviam constatado que ao final dos anos 90 e início dos anos 2000, a Região Sudeste liderava com o maior número de produções científicas relativas aos Conselhos Municipais de Educação, especialmente no Estado de São Paulo, e esta situação se manteve ao longo dos anos.

Dentre os assuntos que versam sobre os Conselhos Municipais de Educação verifica-se que foram investigados desde a criação, composição, estrutura e funcionamento dos próprios Conselhos, compreendendo a participação da sociedade civil e a representatividade, como os assuntos educacionais aos quais esses órgãos estão intimamente envolvidos, como por exemplo: Sistema Municipal de Ensino, Plano Municipal de Educação, Plano de Ações Articuladas, Educação Especial, Educação Infantil, Gestão Democrática e Representatividade, Participação e Formação de Conselheiros, Conselhos Escolares, Qualidade e Democratização do Ensino e Políticas Afirmativas. Na conclusão do levantamento realizado, foram identificados ainda os seguintes resultados:

a) a produção nacional de teses e dissertações apresentou crescimento ao longo dos anos, demonstrando o interesse pelos Conselhos Municipais de Educação como objeto de

pesquisa, sobretudo pelos cursos de mestrado profissional, a partir de 2014.

b) a maioria das produções acadêmicas encontradas está concentrada nos cursos de Mestrado de Educação, porém outras áreas do conhecimento na Pós-Graduação também apresentam interesse nos Conselhos Municipais de Educação enquanto objeto de estudo.

c) algumas regiões do país apresentam produção mais numerosa sobre os Conselhos Municipais de Educação, tendo a região Sudeste o maior número de teses e dissertações e a região Norte a menor produção de pesquisa.

d) os Conselhos Municipais de Educação estão próximos das gestões municipais, assumindo um papel importante junto à definição das políticas educacionais locais e ao seu acompanhamento, por essa razão as pesquisas em sua maioria são específicas, configurando em estudos de caso dos municípios ao qual fazem parte.

Para finalizar, a apresentação dos trabalhos localizados foi disposta em uma lista de referências, organizadas em ordem alfabética de autor e separadas de acordo com o ano da produção dos trabalhos. O resultado deste levantamento, passará ainda, por uma análise de conteúdo, para a identificação das contribuições e conclusões desses estudos e verificação da sua pertinência com a pesquisa pretendida, a respeito do Conselho Municipal de Educação de Araucária.

A investigação do assunto, de modo mais amplo, será importante para a delimitação dos objetivos da pesquisa acadêmica pretendida, de modo a encontrar originalidade no tema tratado e trazer outras contribuições ao campo de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas Municipais de Ensino. Conselhos Municipais de Educação. Pesquisa em Educação.

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, Naura Sylvia Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. Aguiar (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 43-60.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no Município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 3).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino. **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais da Educação – Pró-Conselho**: guia de consulta. Brasília: 2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

SOARES, Marcio Berclaz. **A natureza político-jurídica dos Conselhos Sociais no Brasil: uma leitura a partir da política da libertação e do pluralismo jurídico**. 2013. 358 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SOUZA, Donaldo Bello de; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Os Conselhos Municipais de Educação no Brasil: um balanço das referências nacionais (1996-2002). **Ensaio: avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 39-56, jan./mar. 2006.

